



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

CONSELHO SUPERIOR

ATA Nº 04/2011

1 Aos trinta dias do mês de agosto de dois mil e onze, às catorze horas, na sede do
2 *Campus* Bento Gonçalves do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do
3 Rio Grande do Sul – IFRS, situada na Avenida Osvaldo Aranha, 540, Bairro Juventude
4 da Enologia, na cidade de Bento Gonçalves/RS, foi realizada a quarta reunião ordinária
5 do ano dois mil e onze do Conselho Superior – Consup – do IFRS. A sessão foi
6 coordenada pela Reitora professora Cláudia Schiedeck Soares de Souza e secretariada
7 pela pedagoga Margarete de Quevedo. Estiveram presentes os seguintes conselheiros:
8 Representantes da sociedade civil: Entidade dos Trabalhadores: Sindicato dos
9 Servidores Públicos Municipais de Bento Gonçalves – SINDISERP: Neura Zat;
10 Representante do Setor Público e/ou Empresa Estatal: Município de Erechim: Anacleto
11 Zanella; Representantes dos servidores docentes: *Campus* Bento Gonçalves: Adrovane
12 Kade; *Campus* Porto Alegre: Marcelo Augusto Rauh Schmitt; *Campus* Rio Grande:
13 Sérgio Ricardo Pereira Cardoso, suplente, titular impossibilitado de participar; *Campus*
14 Sertão: Odair José Spenthof; *Campus* Erechim: Eduardo Angonesi Predebon; *Campus*
15 Caxias do Sul: Rodrigo Ernesto Schröer; *Campus* Canoas: Cláudio Antonio Cardoso
16 Leite; *Campus* Restinga: Geanderson de Souza Lenz; *Campus* Osório: Leandro Raizer;
17 Representantes dos técnico-administrativos: *Campus* Bento Gonçalves: Remí Maria
18 Possamai; *Campus* Porto Alegre: Adriana de Farias Ramos; *Campus* Sertão: Gainete
19 Santos Marques; *Campus* Erechim: Ivan José Suszek; *Campus* Caxias do Sul: Valdinei
20 Marcolla; *Campus* Restinga: Thaís Teixeira da Silva; Representantes dos discentes:
21 *Campus* Bento Gonçalves: Diego Santos da Cunha; *Campus* Porto Alegre: Keone
22 Castanho Dagani; *Campus* Rio Grande:Alexsandro Dutra, suplente, titular
23 impossibilitado de participar; *Campus* Sertão: Junior Ferro; *Campus* Caxias do Sul:
24 Miguel Augusto Beulk Carvalho; Diretores dos *Campi*: professor Sérgio Wesner Viana,
25 diretor do *Campus* Erechim; professor Roberto Saouaya, diretor do *Campus* Osório;

26 professor Paulo Roberto Sangoi, diretor do *Campus* Porto Alegre; professor Amilton de
27 Moura Figueiredo, diretor do *Campus* Restinga; professor Osvaldo Casares Pinto,
28 diretor do *Campus* Rio Grande; professora Viviane Silva Ramos, diretora do *Campus*
29 Sertão; professora Tatiana Weber, diretora do *Campus* Caxias do Sul. **EXPEDIENTE:**
30 **I.** Posse dos novos membros: Claudio Antonio Cardoso Leite como membro titular
31 docente representando o *Campus* Canoas; Renata Maria Gonzatti como membro
32 suplente, representando o Ministério da Educação; Iara Marina Lopes Galarce como
33 membro titular discente, representando o *Campus* Canoas; Migacir Trindade Duarte
34 Flôres como membro nato do Consup, diretora Geral do *Campus* Ibirubá; Luís Carlos
35 Cavalheiro da Silva, diretor do *Campus* Feliz como membro nato; diretora do *Campus*
36 Farroupilha, Melissa Dietrich da Rosa como membro nato; Sandro Lazari como
37 membro titular discente, representando o *Campus* Farroupilha; Thaís Roberta Koch
38 como membro titular técnico-administrativo, representando o *Campus* Farroupilha;
39 Augusto Massashi Horiguti, como membro titular docente, representando o *Campus*
40 Farroupilha; Jovani José Alberti como membro titular técnico-administrativo,
41 representando o *Campus* Ibirubá; Marcos Paulo Ludwig como membro titular docente,
42 representando o *Campus* Ibirubá; Monica Delgado como membro titular discente,
43 representando o *Campus* Ibirubá; Sigrid Régia Huve como membro titular discente,
44 representando o *Campus* Feliz; Núbia Marta Laux como membro titular técnico-
45 administrativo, representando o *Campus* Feliz; Eliane Velasco Simões Portes como
46 membro titular docente, representando o *Campus* Feliz; Mariano Nicolao, diretor do
47 *Campus* Canoas como membro nato do Consup; diretor do *Campus* Bento Gonçalves,
48 Luciano Manfroi, como membro nato; Marcos André Vrielink como membro titular
49 discente, representando o *Campus* Erechim; Dorival José Lehnen como membro
50 suplente discente, representando o *Campus* Osório e Ionara Cristina Albani como
51 membro titular técnico-administrativo, representando o *Campus* Rio Grande. A posse
52 dos novos membros representantes dos três segmentos dos *campi* Feliz, Farroupilha e
53 Ibirubá no Conselho Superior foi resultado de um consenso entre os conselheiros em
54 relação ao ingresso dos novos membros considerando o previsto na expansão da Rede
55 Federal de Educação Tecnológica em sua fase três segundo a qual os três *campi*
56 avançados do IFRS passam à condição de *campus*. Os novos membros mencionados
57 assinaram o termo de posse e já integraram a sessão. Antes de dar continuidade à
58 reunião, a Reitora passou a palavra aos membros do Sindicato Nacional dos Servidores
59 Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica que, representado pela

60 servidora Alessandra Isnardi Lemons e outros dois líderes do Sindicato expuseram a
61 pauta de reivindicações do movimento grevista em âmbito nacional e solicitaram apoio
62 por parte dos servidores do IFRS, de modo particular das direções para o movimento
63 que articula e para os servidores em greve. Em assembleia na tarde de vinte e nove de
64 agosto de dois mil e onze, o *Campus* Bento Gonçalves decidiu aderir à greve a partir do
65 dia 5 de setembro. **II.** Homologação de novos membros das seguintes comissões do
66 Consup: Legislação, Normas, Regimentos, Redação e Recursos; Ensino, Pesquisa,
67 Extensão, Pós-Graduação e Títulos e Desenvolvimento Institucional e Integração
68 Instituição-Sociedade. Procedeu-se um levantamento dos membros atuais das referidas
69 comissões e das vagas que estão livres. A conselheira Adriana de Farias Ramos e o
70 professor Augusto Massashi Horiguti dispuseram-se a integrar a comissão de
71 Legislação, Normas, Regimentos, Redação e Recursos. No entanto, a última vaga da
72 referida comissão foi preenchida na reunião extraordinária do Consup realizada em
73 vinte e nove de julho de dois mil e onze. Na ocasião, quando se tratou da vaga que
74 precisava ser ocupada, a professora Tatiana Weber inscreveu-se e foi eleita para integrar
75 a referida comissão com o acordo de que a homologação aconteceria na reunião
76 seguinte. Tendo confirmada a informação, foi então homologado o nome da professora
77 Tatiana Weber como nova integrante da comissão de Legislação, Normas, Regimentos,
78 Redação e Recursos que ficou assim constituída a partir de então: Remí Maria
79 Possamai, Marcelo Augusto Rauh Schmitt, Paulo Sangoi, Tatiana Weber e Osvaldo
80 Casares Pinto. O professor Marcelo Augusto Rauh Schmitt manifestou-se no sentido de
81 dispor-se a abrir mão da vaga na referida comissão para que outro membro pudesse
82 integrá-la. No entanto, acredita que seria necessário avaliar a importância de as
83 comissões do Consup contarem com a participação de membros de todos os segmentos.
84 Em relação à Comissão de Ensino, Pesquisa, Extensão, Pós-Graduação e Títulos, o
85 professor Luciano Manfroi inscreveu-se para ocupar a vaga livre e foi eleito como novo
86 membro. A professora Eliane Velasco Simões Portes inscreveu-se e foi eleita para
87 ocupar a vaga da Comissão de Desenvolvimento Institucional e Integração Instituição-
88 Sociedade. Discutiu-se ainda sobre a forma de indicação dos membros para as
89 comissões. Até o momento, afirmou a Reitora, a composição das comissões deu-se de
90 acordo com a disponibilidade e inscrição dos conselheiros para integrá-las e isso se
91 justificava pelo número de membros no Consup. A Reitora propôs então que para a
92 indicação que seria feita na reunião, ainda fosse válido o mesmo procedimento
93 (inscrição e eleição apenas em caso de mais de um membro inscrito para cada vaga)

94 sendo que ela se comprometeria a elaborar e apresentar na próxima reunião uma
95 proposta de recomposição das comissões do Conselho Superior. O professor Paulo
96 Sangoi manifestou sua opinião favorável à manutenção das comissões como estão
97 constituídas até o término do mandato das mesmas, agregando novos membros se
98 alguma vaga for aberta. Deve ser garantida, segundo o professor, aos membros eleitos
99 até então, a possibilidade do cumprimento do mandato para o qual foram eleitos. A
100 Reitora esclareceu que sua proposta contempla um levantamento do período de mandato
101 dos atuais membros das comissões e com base nesse dado seria por ela apresentada a
102 proposta de recomposição das comissões. O encaminhamento apresentado pela Reitora
103 foi aprovado por consenso e então ela comprometeu-se a elaborar e incluir na pauta da
104 próxima reunião a proposta já mencionada. **III. Aprovação da Ata nº 05, de vinte e nove**
105 **de julho de dois mil e onze (quinta reunião extraordinária).** Submetida para apreciação,
106 a ata foi aprovada por todos os presentes na reunião. Houve abstenção dos ausentes na
107 quinta reunião extraordinária. **IV. Inscrições para o expediente:** O professor Marcelo
108 Augusto Rauh Schmitt expressou sua alegria em retornar ao Conselho Superior após o
109 afastamento no período eleitoral em função de sua candidatura. Parabenizou a
110 professora Cláudia pelo resultado da eleição e manifestou votos de que o IFRS continue
111 crescendo com êxito. O professor Geanderson de Souza Lenz solicitou a instalação do
112 processo de revisão do Estatuto Geral do IFRS, conforme artigo 42 do próprio Estatuto;
113 da revisão do Regimento Geral do IFRS, de acordo com o artigo 94; e da Revisão do
114 Regimento Interno do Conselho Superior do IFRS, conforme prerrogativas do artigo 91
115 do citado regimento. Para tanto, sugere a realização de uma sessão especial, conforme
116 artigo 44 do Regimento Interno do Conselho Superior. A inclusão da solicitação na
117 ordem do dia foi aprovada. O professor Geanderson de Souza Lenz apresentou ainda
118 um requerimento solicitando à presidência do Consup o cadastramento dos conselheiros
119 titulares e suplentes do Conselho Superior do IFRS para acesso a consulta no Sistema
120 de Administração Financeira (SIAFI), conforme a Instrução Normativa do TCU nº 63
121 de 1º de setembro de 2010 e Ofício Circular 009/2011/AECI/GM-MEC, que trata do
122 Cadastramento dos Conselheiros no Rol de Responsáveis SIAFI 2010. Propôs ainda
123 uma consulta ao procurador do IFRS sobre o assunto. A inclusão do item na ordem do
124 dia foi aprovada. **Regime de urgência: 1. Aprovação de novos cursos e alterações de**
125 **Projetos Pedagógicos de Cursos:** A professora Viviane Silva Ramos solicitou a
126 aprovação das alterações do Projeto Pedagógico (PPC) do Curso de Licenciatura em
127 Ciências Agrícolas do *Campus* Sertão, a aprovação do curso Técnico em Manutenção e

128 Suporte em Informática na forma de concomitância externa e do Curso Técnico em
129 Comércio na forma de concomitância externa, a serem ofertados pelo *Campus* Sertão e
130 a aprovação do Curso Técnico em Comércio na modalidade Proeja, ofertado no *Campus*
131 Sertão desde o primeiro semestre letivo do ano dois mil e dez. O professor Luciano
132 Manfroi solicitou a aprovação de dois novos cursos Técnicos a serem ofertados pelo
133 *Campus* Farroupilha a partir do primeiro semestre de dois mil e doze, sendo: Técnico
134 em Vendas, na modalidade concomitante externo e subsequente e Técnico em
135 Tecelagem na modalidade concomitante externo. A professora Migacir solicitou a
136 aprovação do Curso Superior de Tecnologia em Produção de Grãos, a ser ofertado pelo
137 *Campus* Ibirubá. O professor Sérgio Wesner Viana solicitou a aprovação das alterações
138 nos Projetos Pedagógicos dos seguintes cursos técnicos subsequentes: Técnico em
139 Vendas, Técnico em Mecânica e Técnico em Vestuário, ofertados pelo *Campus*
140 Erechim. A direção do *Campus* Canoas solicitou a aprovação das alterações do Projeto
141 Pedagógico do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática na modalidade
142 Proeja, ofertado pelo *Campus* Canoas. A direção do *Campus* solicitou a aprovação das
143 alterações na matriz curricular do Curso de Licenciatura em Matemática, ofertado pelo
144 *Campus* Caxias do Sul. A professora Migacir falou sobre os encaminhamentos feitos
145 para aprovação do Curso Superior de Tecnologia em Produção de Grãos, a ser ofertado
146 pelo *Campus* Ibirubá, destacando sua importância para a comunidade. Comentou ainda
147 que o quadro de professores para o curso já está quase formado. O professor Marcelo
148 Augusto Rauh Schmitt comentou, no entanto, que, de acordo com o que prevê o
149 Regimento Geral do IFRS, é prerrogativa do Consup a aprovação de temas referentes a
150 cursos superiores, o que exige dos seus membros, uma atenção especial a tais itens.
151 Portanto, a aprovação dos mesmos deveria sempre estar condicionada a um parecer da
152 Pró-Reitoria de Ensino e da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional. A
153 professora Migacir afirmou que o Projeto Pedagógico do curso em questão tem análise e
154 parecer da Pró-Reitoria de Ensino. Em regime de votação, foi aprovada a inclusão de
155 todos os itens mencionados em regime de urgência. **2.Minuta de Resolução do**
156 **processo seletivo 2012/1.** O professor Adrovane Kade justificou que o item estava
157 sendo apresentado em regime de urgência pelo fato de o parecer ter chegado à secretaria
158 do Consup após o envio da convocação aos conselheiros. A inclusão do item foi
159 aprovada por consenso. **3. Proposta de criação de um grupo de trabalho para**
160 **debater e elaborar um anteprojeto de Políticas de Gestão de Pessoas.** A conselheira
161 Thaís Teixeira da Silva apresentou a proposta justificando-a como uma demanda dos

162 técnico-administrativos membros do Consup. O professor Amilton de Moura
163 Figueiredo expressou-se afirmando que o tema é complexo para um encaminhamento
164 em regime de urgência. Em votação, o item foi incluído na pauta com um resultado de
165 35 votos favoráveis, 3 contrários e 8 abstenções. Retomando o tema dos PPCs
166 apresentados em regime de urgência, a Reitora propôs que fossem submetidos para
167 votação no primeiro momento os Projetos de Cursos que contam com o Parecer da
168 Comissão de Ensino, Pesquisa, Extensão, Pós-Graduação e Títulos e em seguida os
169 Projetos Pedagógicos de Cursos sobre os quais a comissão citada ainda não emitiu
170 parecer. O encaminhamento foi aprovado e então procedeu-se a votação dos novos
171 cursos ou alterações de PPCs conforme segue: Alterações no Projeto Pedagógico do
172 curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática na modalidade Proeja,
173 ofertado pelo *Campus* Canoas; Alterações na matriz curricular do Curso de Licenciatura
174 em Matemática, ofertado pelo *Campus* Caxias do Sul; Alterações no Projeto
175 Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas ofertado pelo *Campus*
176 Sertão; Alterações do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Mecânica subsequente,
177 ofertado pelo *Campus* Erechim; Alterações do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em
178 Vestuário subsequente, ofertado pelo *Campus* Erechim; Aprovação do Curso Técnico
179 em Tecelagem na modalidade concomitante externo, a ser ofertado pelo *Campus*
180 Farroupilha; Aprovação do Curso Técnico em Vendas, na modalidade concomitante
181 externo e subsequente, a ser ofertado pelo *Campus* Farroupilha. Todos os pareceres da
182 Comissão de Ensino, Pesquisa, Extensão, Pós-Graduação e Títulos foram favoráveis à
183 aprovação. Em votação, todas as alterações e os novos cursos foram aprovados por
184 consenso. O professor Leandro Raizer comentou sobre as dificuldades com as quais a
185 comissão se deparou em função da demanda de trabalho e destacou a importância de se
186 prever uma secretária para auxiliar no processo de encaminhamento dos itens para
187 análise. Num segundo momento foram então propostos para aprovação os Projetos de
188 Curso incluídos em regime de urgência que contam com o parecer da Pró-Reitoria de
189 Ensino, mas ainda não tem parecer da Comissão de Ensino, Pesquisa, Extensão, Pós-
190 Graduação e Títulos, sendo eles: Aprovação do Curso Técnico em Manutenção e
191 Suporte em Informática na forma de concomitância externa e Curso Técnico em
192 Comércio na forma de concomitância externa, ofertados pelo *Campus* Sertão desde o
193 segundo semestre do ano dois mil e onze; Aprovação do Curso Técnico em Comércio
194 na modalidade Proeja, ofertado pelo *Campus* Sertão desde o primeiro semestre letivo do
195 ano dois mil e dez e aprovação do Curso Técnico em Vendas Subsequente ao Ensino

196 Médio ofertado pelo *Campus* Erechim. Todos os itens foram aprovados por
197 unanimidade. Em relação à solicitação de aprovação do curso Superior de Tecnologia
198 em Produção de Grãos, a ser ofertado pelo *Campus* Ibirubá, o professor Adrovane Kade
199 chamou a atenção sobre a responsabilidade de aprovar em regime de urgência cursos
200 superiores, diante da realidade orçamentária, de escassos recursos para a implantação e
201 continuidade dos cursos, o que já foi motivo de discussão na última reunião do Consup.
202 E reforçou o que já foi expresso pelo professor Leandro Raizer a respeito da grande
203 demanda de trabalho e da necessidade de uma secretária exclusiva para o Consup.
204 Destacou que a Comissão de Ensino, Pesquisa, Extensão, Pós-Graduação e Títulos, em
205 virtude de muito trabalho e de alteração em seus membros, está com dificuldade de
206 controlar os fluxos de encaminhamentos. Pediu desculpas pelos transtornos e
207 comprometeu-se em, com seus colegas de comissão, a colocar em dia o processo de
208 análise dos itens que ainda aguardam parecer. Diante do exposto, o Pró-Reitor de
209 Ensino, professor Sergio Wortmann, autorizado pela Reitora a se manifestar, se dispôs
210 a, com a equipe da Proen, fazer um levantamento dos itens que foram enviados à
211 comissão e ainda não obtiveram parecer para inclusão na pauta. A Reitora retomou
212 então o item em questão: solicitação de aprovação do Curso Superior de Tecnologia em
213 Produção de Grãos, a ser ofertado pelo *Campus* Ibirubá a partir do primeiro semestre de
214 2012 que, em votação, foi aprovado por maioria, com um resultado de 5 votos
215 contrários, 13 abstenções e todos os demais votos favoráveis. **Minuta de Resolução do**
216 **processo seletivo 2012/1.** O professor Adrovane Kade fez um breve histórico da
217 documentação. A comissão de Ensino, Pesquisa, Extensão, Pós-Graduação e Títulos
218 emitiu um parecer e encaminhou para conhecimento da Proen. O assunto não foi
219 incluído na pauta porque quando o parecer chegou à secretaria, a convocação já havia
220 sido enviada, o que justifica a inclusão do tema em regime de urgência. O parecer,
221 segundo o professor, foi apresentado em tempo hábil, mas não foi enviado a todos os
222 conselheiros. Convidado a falar, o professor Sérgio Wortmann, Pró-Reitor de Ensino
223 fez um breve histórico e uma contextualização do processo seletivo no IFRS,
224 reconhecendo acertos e falhas por parte da Proen. Falou do sonho com a unificação do
225 processo seletivo. No entanto, expressou as razões pelas quais acredita que ainda faltam
226 condições no IFRS para se chegar à unificação do processo seletivo. Há previsão,
227 afirmou ele, de novos servidores para a Proen, o que poderá contribuir no sentido de
228 constituir uma equipe para trabalhar no processo seletivo. O Pró-Reitor destacou ainda
229 que a Minuta é fruto de uma importante discussão no Comitê de Ensino, de uma

230 construção coletiva por parte de pessoas que atuam diretamente na prática nos *campi*,
231 servidores com experiência no assunto e, em virtude disso, considera a Minuta um
232 documento bastante maduro. Em relação ao valor, adiantou que será realizada uma
233 reunião específica do Comitê de Ensino para tratar do assunto tomando por base uma
234 planilha elaborada pelos servidores do *Campus* Porto Alegre que já vem servindo de
235 instrumento para o processo seletivo daquele *Campus*. Ouvindo a solicitação dos
236 diretores, o professor Sérgio acrescentou que a reunião contará também com a
237 participação das direções dos *campi* e acrescentou ainda que a resolução terá vigência
238 unicamente para o processo seletivo do primeiro semestre de dois mil e doze. Não é
239 ainda um documento definitivo. A Reitora reforçou as palavras do Pró-Reitor. O
240 professor Adrovane Kade ressaltou que o parecer da comissão que avaliou é favorável
241 com restrições porque no momento a reprovação do documento poderia gerar um atraso
242 no processo e fez o seguinte questionamento: se não há processo unificado, qual é a
243 razão de uma resolução do Conselho Superior? Não seria mais adequado um documento
244 autorizando cada *campus* a deliberar sobre o seu processo seletivo? O professor Marcelo
245 Augusto Rauh Schmitt comentou que nem todos os conselheiros receberam a minuta, o
246 que dificulta um posicionamento. A conselheira Remí Maria Possamai reforçou a
247 manifestação do professor Marcelo Augusto Rauh Schmitt e acrescentou que deseja saber
248 como ficou a percentagem ENEM/SISU na Minuta. A Reitora esclareceu a razão dos
249 encaminhamentos feitos, destacando que é necessário haver consenso no Conselho
250 Superior em relação aos encaminhamentos e às exceções que precisam por vezes, ser
251 feitas. O professor Marcelo Augusto Rauh Schmitt comentou que os documentos a
252 serem apresentados em regime de urgência deveriam estar disponíveis para acesso dos
253 conselheiros. O professor Adrovane Kade sugeriu que os conselheiros sejam
254 comunicados previamente sobre dia e horário de encerramento da pauta ao que a
255 Reitora esclareceu que o encerramento da pauta está estipulado no Regimento Interno
256 do Órgão. A professora Tatiana Weber manifestou-se favorável à unificação do
257 processo seletivo afirmando que não está previsto que em caso de unificação, o processo
258 estivesse centralizado na Pró-Reitoria de Ensino. No seu entendimento, a proposta
259 apresentada pelo parecer da Comissão de Ensino, Pesquisa, Extensão, Pós-Graduação e
260 Títulos seria a formação de uma comissão constituída por membros das comissões
261 responsáveis pelo processo seletivo nos *campi*, o que lhe parece viável. O professor
262 Osvaldo Casares Pinto propôs que, para evitar falhas de encaminhamento, paralelo ao
263 calendário das reuniões do Consup, seja elaborado um calendário para o fechamento da

264 pauta. Que no próximo calendário a ser elaborado esteja contemplado esse dado. Falou
265 também sobre a “banalização” do regime de urgência. Os assuntos votados, afirmou o
266 professor Osvaldo Casares Pinto, acabam não sendo discutidos antecipadamente com os
267 pares. O professor Augusto Massashi Horiguti comentou que a Minuta do processo
268 seletivo já foi discutida com os *campi* e, portanto não se aplica neste caso o comentário
269 do professor Osvaldo Casares Pinto. A Reitora comentou que o processo eleitoral
270 atrasou os encaminhamentos das questões relacionadas ao processo seletivo. Comentou
271 ainda que houve bastante consenso por parte dos *campi* sobre o processo seletivo, o que
272 não acontecia em períodos anteriores. No que diz respeito ao regime de urgência, a
273 Reitora concordou com o que expressou o professor Augusto Massashi Horiguti. A
274 Minuta do processo seletivo, reforçou ela, já foi discutida no Comitê de Ensino com
275 representação de todos os *campi* e é responsabilidade dos diretores de ensino tornar
276 público o processo de discussão junto à comunidade. A proposta aprovada em relação à
277 apresentação dos documentos, foi que, os conselheiros que desejam incluir temas em
278 regime de urgência, socializem com antecedência via internet os temas a serem
279 incluídos. A proposta de elaboração do calendário prevendo as datas de fechamento da
280 pauta foi aprovada por consenso. A Minuta foi apresentada pelo Pró-Reitor de Ensino,
281 professor Sérgio Wortmann. Procedeu-se a leitura do documento e foram feitos os
282 seguintes destaques: O professor Paulo Roberto Sangoi sugeriu que o artigo dezesseis
283 fosse substituído por “Esta resolução terá validade enquanto não for revogada pelo
284 Consup”. A conselheira Remí Maria Possamai recordou que, ao ser aprovada uma nova
285 resolução sobre o processo seletivo, deverá ser revogada a Resolução número quatro de
286 dois mil e nove que trata da percentagem de vaga ENEM/SISU e acrescentou que, em
287 função da exiguidade do tempo, preocupa-se com os procedimentos relativos à isenção
288 da taxa de inscrição no processo seletivo. Considerando o exposto, o professor Sérgio
289 Wortmann sugeriu que seja acrescentado à minuta um artigo que determine que está
290 revogada a Resolução mencionada pela conselheira Remí Maria Possamai, o que foi
291 aprovado por consenso. A Reitora chamou a atenção para o fato de que a substituição
292 proposta para o artigo dezesseis tem, na sua compreensão, o risco da acomodação, da
293 não retomada da discussão. O professor Paulo Roberto Sangoi então retirou o proposta.
294 A Reitora posicionou-se ainda sobre a questão da exiguidade do tempo levantada pela
295 conselheira Remí Maria Possamai destacando que as questões pontuais serão tratadas
296 em âmbito do próprio *campus*. O professor Augusto Massashi Horiguti solicitou que
297 aos artigos 1 e 7 seja acrescentada a modalidade *concomitante externo*, proposta que foi

298 aprovada por consenso. O professor Adrovane Kade retomou sua proposta de que seja
299 publicada apenas uma resolução afirmando que cada *campus* é responsável pela
300 organização e realização do seu processo seletivo mantendo apenas a questão do
301 ENEM/SISU. O professor Odair José Spenthof reforçou a proposta do professor
302 Adrovane Kade, afirmando que não vê como significativa a questão da unificação da
303 data. O professor Marcelo Augusto Rauh Schmitt destacou que compreende a posição
304 do colega Adrovane Kade. No entanto, afirmou ele, a Minuta proposta apresenta dados
305 relevantes que precisam ser considerados. A Reitora voltou a afirmar que o Comitê de
306 Ensino já discutiu a Minuta e os *campi* tiveram oportunidade de analisar e contribuir na
307 construção do documento e acrescentou que, no seu ponto de vista, o parecer emitido
308 pela Comissão de Ensino, Pesquisa, Extensão, Pós-Graduação e Títulos serve de
309 balizador para as próximas discussões sobre o processo seletivo. O professor Adrovane
310 Kade discordou da afirmação a respeito do parecer. O documento pode servir, segundo
311 ele, como ponto de partida para uma discussão sobre o tema, mas é insuficiente. A
312 Reitora lembrou que em todos os momentos de discussão, os itens do parecer estiveram
313 presentes. O comitê de ensino poderá tomá-lo, afirmou ela, como orientação para a
314 discussão. Foi então sistematizada a proposta de encaminhamento: tomar o parecer
315 como balizador para a discussão do processo seletivo unificado junto à Proen e ao
316 Comitê de Ensino. Com um resultado de quatro votos contrários e todos os demais
317 favoráveis, o encaminhamento foi aprovado. A minuta com as alterações já
318 mencionadas foi submetida à votação e aprovada com um voto contrário, seis
319 abstenções e a maioria favorável. O professor Adrovane Kade acrescentou ainda sobre
320 o tema, que é necessário avaliar as questões referentes à unidade do Instituto. **Proposta**
321 **de criação de um grupo de trabalho para debater e elaborar um anteprojeto de**
322 **Políticas de Gestão de Pessoas:** A servidora Thaís Teixeira da Silva apresentou a
323 proposta. O professor Osvaldo Casares Pinto comentou que a temática do estágio
324 probatório diz respeito também aos docentes, o que foi reforçado pelo professor
325 Geanderson de Souza Lenz. A conselheira Adriana de Farias Ramos falou sobre a
326 readequação dos processos de trabalho nos *campi* em função das trinta horas semanais.
327 O professor Paulo Roberto Sangoi manifestou seu parecer favorável à criação do grupo
328 de trabalho proposto. É um grupo de pessoas que deseja trabalhar em favor do IFRS,
329 afirmou o professor, e acrescentou que é preciso estabelecer na Instituição uma política
330 de avaliação do estágio probatório. O professor Geanderson de Souza Lenz também
331 concordou com a proposta e expressou que vê na criação do grupo um importante

332 espaço para discussão de temas relevantes e propõe a inclusão dos docentes no grupo.
333 O professor sugeriu que, se aprovada a criação, o grupo de trabalho seja formado por
334 um docente, um técnico e um aluno de cada *campus*. A proposta do professor
335 Geanderson de Souza Lenz foi reforçada pelo professor Augusto Massashi Horiguti. O
336 professor Odair José Spenthof fez uma análise do instrumento de avaliação do estágio
337 probatório, que, na sua opinião, é ineficiente. O professor Marcelo Augusto Rauh
338 Schmitt propôs que não se altere a configuração da proposta para inclusão dos docentes
339 porque o plano de carreira dos técnico-administrativos é diferente do dos docentes.
340 Propõe, portanto, a manutenção do grupo constituído apenas por técnico-administrativos
341 e que seja elaborada outra proposta para os docentes. A Reitora destacou que, apesar das
342 carreiras distintas, o Instituto é um só e há uma interdependência entre técnico-
343 administrativos e docentes. Houve concordância em relação à aprovação de criação do
344 GT. Foi ainda proposta e aprovada a inclusão da representação da Pró-Reitoria de
345 Desenvolvimento Institucional e de cinco membros do Conselho Superior no grupo
346 ampliado, que contará então com um representante do grupo de trabalho de cada
347 *campus*, um representante da Diretoria de Gestão de Pessoas, um membro representante
348 da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e cinco membros do Consup. Ouvido
349 o parecer dos colegas conselheiros, o professor Geanderson de Souza Lenz retirou sua
350 proposta de inclusão dos docentes no grupo de trabalho e permaneceu a única proposta
351 de manutenção do texto alterando apenas a composição do grupo de trabalho ampliado
352 ao acrescentar a representação da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e de
353 membros do Consup. A proposta de criação do grupo de trabalho foi então aprovada.
354 Estabeleceu-se um prazo de sessenta dias podendo ser prorrogáveis para mais trinta para
355 apresentação do anteprojeto. Após o trabalho nos *campi* será criado o grupo de trabalho
356 ampliado. A servidora Thaís Teixeira da Silva Teixeira da Silva recordou que, em
357 função do calendário de reuniões do Conselho Superior, é conveniente já indicar os
358 membros do Órgão para integrar o grupo de trabalho ampliado. Houve consenso em
359 acatar a sugestão e então os seguintes conselheiros inscreveram-se e foram aprovados
360 para a representação no grupo de trabalho ampliado: Thaís Teixeira da Silva, Melissa
361 Dietrich da Rosa, Adriana de Farias Ramos, Ivan José Suszek e Keone Castanho
362 Dagani. A sessão foi interrompida para um breve intervalo e retomada com os itens de
363 pauta. **PAUTA: 1. Análise do convênio a ser firmado entre o IFRS – Campus POA e**
364 **a Escola de Saúde Pública de Porto Alegre.** A conselheira Remí Maria Possamai
365 propôs e foi aprovada uma alteração na cláusula terceira: a substituição de

366 “procurarão” por “deverão”. Não houve mais nenhum posicionamento e o documento
367 foi aprovado. 2) **Esclarecimento a respeito da inclusão dos nomes dos conselheiros**
368 **no rol de responsáveis junto ao SIAFI, Sistema de Administração Financeira.** A
369 Reitora introduziu o item de pauta esclarecendo que a questão já tem encaminhamento.
370 O professor Marcelo Augusto Rauh Schmitt expressou sua opinião: a preocupação,
371 segundo ele, não se justifica porque os conselheiros devem ter conhecimento sobre
372 todas as questões pelas quais poderão ser responsabilizados. O professor Geanderson de
373 Souza Lenz manifestou-se concordando com o colega Marcelo Augusto Rauh Schmitt,
374 enfatizando, no entanto, que faz-se necessário um esclarecimento jurídico sobre a
375 Instrução Normativa do TCU nº 63 de 1º de setembro de 2010. A Reitora comentou que
376 a preocupação maior diz respeito ao orçamento. No entanto todas as decisões do
377 Conselho Superior são atos de gestão. É necessário ter responsabilidade em cada
378 decisão. A conselheira Remí Maria Possamai expressou sua preocupação diante da
379 grande responsabilidade dos conselheiros nas decisões que devem ser tomadas e
380 reforçou a necessidade de um esclarecimento por parte do jurídico a respeito do tema
381 em pauta. A Reitora então se dispôs a solicitar um parecer do jurídico do IFRS sobre o
382 tema. O conselheiro Gainete Santos Marques fez esclarecimentos sobre rol de
383 responsáveis junto ao SIAFI. O professor Sérgio Wesner Viana sugeriu que as
384 comissões do Consup proporcionem amparo nas tomadas de decisões dos conselheiros.
385 A Reitora comprometeu-se a solicitar ao Procurador Federal Fúlvio Daniel Cavalli um
386 documento de esclarecimento para a próxima reunião do Consup. O encaminhamento
387 foi aprovado. 3) **Apresentação da minuta de um documento a ser encaminhado à**
388 **SETEC, solicitando recursos para a continuidade das obras do IFRS.** Os
389 conselheiros Sérgio Wesner Viana, Amilton de Moura Figueiredo, Tatiana Weber e
390 Anacleto Zanella elaboraram e apresentaram a Minuta que foi apresentada para leitura
391 e análise dos conselheiros. A Reitora falou da importância do documento a ser
392 encaminhado e esclareceu que será agregado ao mesmo um relato das ações dos *campi*.
393 O documento ao final de seu conteúdo solicita uma audiência com o Secretário de
394 Educação Profissional de Tecnológica e será enviado para o referido Secretário com
395 cópia para o Ministro da Educação. Houve concordância no Consup em relação ao
396 conteúdo do documento e à proposta de encaminhamento. 4) **Aprovação da**
397 **Regulamentação da Flexibilização da Jornada de Trabalho dos servidores Técnico-**
398 **administrativos do IFRS.** A conselheira Thaís Teixeira da Silva apresentou o
399 documento e fez esclarecimentos sobre o processo de construção do mesmo. O

400 professor Adrovane Kade indagou sobre a quem se referem os termos “O órgão ou a
401 entidade”. Ao *campus* ou à reitoria? A conselheira Thaís Teixeira da Silva esclareceu
402 que os termos se aplicam tanto em âmbito de *campus* como para a reitoria. Em relação
403 ao artigo terceiro do documento, o professor Adrovane Kade sugeriu a exclusão dos
404 setores ali mencionados. A conselheira Thaís Teixeira da Silva afirmou que a lei que
405 aprova a jornada de trabalho de trinta horas semanais é válida para todos os servidores
406 em todos os setores. A discussão e implementação da carga horária serão, no entanto, de
407 responsabilidade de cada *campus*. A compreensão da Comissão de Desenvolvimento
408 Institucional e Integração Instituição-Sociedade, afirmou Thaís Teixeira da Silva, era de
409 que biblioteca e assistência ao educando devem manter o expediente desde o início do
410 primeiro até o final do último turno letivo, o que justifica o a redação do artigo terceiro.
411 Os demais, segundo a referida comissão, devem cumprir o que prevê a legislação, ou
412 seja, atendimento ininterrupto de doze horas diárias. O professor Osvaldo Casares Pinto
413 retomou a ata da reunião em que foi aprovado o mérito, onde consta o registro de que o
414 documento deveria passar pela comissão de Legislação, Normas, Regimentos, Redação
415 e Recursos e pela Comissão de Desenvolvimento Institucional e Integração Instituição-
416 Sociedade do Consup, o que não aconteceu. O professor Marcelo Augusto Rauh Schmitt
417 propôs a exclusão do parágrafo único do artigo terceiro concordando com o colega
418 Adrovane Kade. A conselheira Remí Maria Possamai reforçou o parecer favorável à
419 supressão do parágrafo único do artigo terceiro, deixando a cargo dos *campi* a decisão
420 sobre quais os setores que deverão ter expediente de doze horas ininterruptas. O
421 professor Paulo Roberto Sangoi retomou a questão levantada pelo colega Osvaldo
422 Casares Pinto a respeito do encaminhamento do documento. O mérito já foi votado,
423 afirmou ele. As questões propostas no documento que está sendo proposto já estão
424 contempladas na legislação do servidor público. Portanto o documento poderia, na
425 opinião dele, ser mais sucinto. A regulamentação deve ser simples. A conselheira
426 Adriana de Farias Ramos manifestou a opinião de seus pares afirmando que o
427 documento, da forma que se apresenta, cria muitas amarras. O grupo de técnico-
428 administrativos do Campus que ela representa, reconhece o esforço empenhado na
429 construção do documento e a ideia de elaboração. No entanto, as amarras poderão
430 causar entraves, intervenções negativas no trabalho dos *campi*. Se o documento for
431 colocado em votação, ela irá, em nome dos colegas, propor uma série de alterações. E
432 Adriana de Farias Ramos acrescentou que a legislação é muito clara. A regulamentação
433 do IFRS seria apenas no sentido de estabelecer quem cumprirá a jornada de trabalho de

434 trinta horas semanais. Como está posto, o documento poderá causar entraves e gerar
435 problemas onde tudo está funcionando bem. A professora Migacir Trindade Duarte
436 Flôres comentou que, independente do *campus* onde estão lotados, todos os servidores
437 técnico-administrativos teriam direito à redução da carga horária semanal de quarenta
438 para trinta horas semanais e manifestou uma preocupação pelo fato de não haver em
439 alguns casos, o número suficiente de técnico-administrativos para a manutenção do
440 atendimento durante o período previsto em lei. Como garantir em tal situação, os
441 mesmos direitos na carência de servidores? A Reitora retomou a questão de
442 encaminhamento da qual tratou o professor Osvaldo Casares Pinto. O professor Osvaldo
443 Casares Pinto esclareceu que só pautou o que consta e foi aprovado pelo Consup com
444 registro em ata. O professor Roberto Saouaya destacou que o documento proposto foi
445 construído de forma coletiva. O professor Paulo Roberto Sangoi comentou que o
446 documento não foi encaminhado para análise da Comissão de Legislação, Normas,
447 Regimentos, Redação e Recursos e que ele, em nome próprio apresenta um texto
448 substitutivo ou então, como conselheiro, solicita a suspensão da sessão para análise e
449 parecer da referida comissão. A Reitora então, constatando que não havia consenso a
450 respeito do documento, comentou que, em votação, teríamos uma proposta de texto
451 construído na coletividade e uma segunda proposta substitutiva elaborada por um
452 conselheiro. Expressou sua opinião favorável à melhoria do documento coletivo e fazer
453 o encaminhamento conforme previsto em ata, ou seja, para a Comissão de Legislação,
454 Normas, Regimentos, Redação e Recursos que também fará análise e emitirá parecer. O
455 professor Geanderson de Souza Lenz chamou a atenção para a necessidade de facilitar
456 os encaminhamentos que dizem respeito a temas que garantem a melhoria de tudo que
457 diz respeito ao IFRS. É preciso, segundo o professor, tomar uma atitude inovadora de
458 ajuda. A conselheira Thaís Teixeira da Silva discordou do encaminhamento proposto
459 pela Reitora em função do tempo que ainda levaria para o documento retornar à pauta e
460 ser aprovado. Propôs então que a reunião fosse suspensa conforme previsto no
461 Regimento Interno, por vinte minutos para emissão de parecer da comissão de
462 Legislação, Normas, Regimentos, Redação e Recursos. O professor Leandro Raizer
463 manifestou apoio ao documento proposto para aprovação afirmando ainda que os
464 técnico-administrativos aguardam a aprovação do documento por parte do Consup. E
465 acrescentou que andar para frente significa no momento, analisar o documento proposto
466 e aprová-lo. O professor Marcelo Augusto Rauh Schmitt comentou sobre a importância
467 do momento vivido pelo IFRS na implementação da carga horária de trinta horas

468 semanais para os técnico-administrativos. O que importa é ter uma norma para
469 implementar e a aprovação de tal norma deve acontecer hoje. E continuou: “A decisão
470 deve ser hoje. Mais extensa ou mais breve, não podemos sair outra vez sem essa
471 decisão. Não podemos mais adiar”. O professor Sérgio Wesner Viana comentou que foi
472 constatado problema de fluxo. No entanto, o fato não justifica o não encaminhamento
473 do tema. Propôs que se faça valer o previsto em Regimento para emissão de parecer por
474 parte da comissão que não teve acesso ao documento para análise. O professor Osvaldo
475 Casares Pinto voltou a afirmar que foi aprovado que as duas comissões citadas
476 apresentariam o documento de regulamentação da carga horária de trinta horas
477 semanais. Houve falha de encaminhamento, afirmou ele, mas a questão não pode mais
478 ser adiada. Diante do exposto pela professora Migacir Trindade Duarte Flôres, a
479 conselheira Remí Maria Possamai comentou que a ideia é que cada *campus* esteja
480 prevendo a implementação, de acordo com os servidores disponíveis. E a conselheira
481 acrescentou que, ao documento proposto, se for aprovada a análise e aprovação do
482 mesmo, apresentará sugestões de alteração. O professor Paulo Roberto Sangoi
483 expressou-se afirmando ser plenamente favorável à implementação da carga horária de
484 trinta horas semanais para os técnico-administrativos. No entanto, afirmou que constata
485 no documento apresentado, uma superposição de normas que podem trazer uma série de
486 consequências negativas caso seja aprovado e apresentou então em seu próprio nome,
487 um texto substitutivo. Foram então submetidas à votação duas propostas: 1. Proposta
488 apresentada pela Comissão de Desenvolvimento Institucional e Integração Instituição-
489 Sociedade com a possibilidade de ajustes necessários e 2. O texto substitutivo
490 apresentado pelo professor Paulo Roberto Sangoi. Com um resultado de onze votos para
491 a proposta de número um, vinte e seis para a segunda proposta e 7 abstenções, o Consup
492 aprovou o texto substitutivo que em seguida recebeu algumas sugestões de alteração.
493 Considerando o tempo de andamento da reunião, o professor Augusto Massashi
494 Horiguti solicitou a prorrogação da reunião por mais uma hora, o que foi aprovado por
495 consenso. O professor Paulo Roberto Sangoi apresentou novamente o documento que
496 havia há pouco sido aprovado. A conselheira Adriana de Farias Ramos propôs um
497 acréscimo no texto incluindo a participação dos técnico-administrativos. Para isso,
498 propôs que “CIS” fosse, no texto, substituída por “*servidores técnico-administrativos*”.
499 A proposta de alteração foi aprovada por consenso. A conselheira Thaís Teixeira da
500 Silva propôs a criação de uma comissão provisória no Consup para o acompanhamento
501 da implantação da carga horária de trinta horas semanais. O professor Marcelo Augusto

502 Rauh Schmitt comentou que é importante optar pela simplificação e manifestou seu
503 parecer contrário a formação da comissão proposta pela conselheira Thaís Teixeira da
504 Silva. O professor Osvaldo Casares Pinto reforçou o ponto de vista de seu colega
505 professor Marcelo Augusto Rauh Schmitt, afirmando ser desnecessária a criação da
506 comissão e acrescentou que qualquer servidor que se sentir prejudicado em alguma
507 questão relativa à implementação da jornada de trabalho pode recorrer à normativa
508 aprovada pelo Consup. Em votação, o resultado de onze votos favoráveis, vinte e um
509 contrários e treze abstenções, rejeitou a proposta de criação da comissão mencionada e o
510 item não será então incluído no texto. **5) Progressão Funcional de docentes da classe**
511 **DIV para a classe DV.** O professor Odair José Spenthof manifestou-se solicitando que
512 a Comissão de Legislação, Normas, Regimentos, Redação e Recursos elabore uma
513 proposta de resolução manifestando-se a respeito da questão da progressão da classe
514 DIV para a classe DV. O professor Augusto Massashi Horiguti destacou que há
515 legislação que ampara a progressão. O professor Osvaldo Casares Pinto comentou que a
516 questão da progressão na realidade poderia e deveria estar sendo feita desde que a lei
517 entrou em vigor. No entanto, afirmou o professor, enquanto a questão não for
518 regulamentada, aplicam-se os critérios da legislação anterior. A lei, acrescentou ainda o
519 professor Osvaldo Casares Pinto, permite que a progressão seja feita e em várias
520 instituições isso vem acontecendo. Já existe um Recurso do processo de progressão do
521 professor Augusto Massashi Horiguti, dentro da classe DV, o qual será analisado na
522 próxima reunião do Consup e a partir de então, as demais progressões acontecerão
523 naturalmente. **6) Análise do pedido de vistas referente ao Parecer sobre a anulação**
524 **da resolução nº 34 da antiga EAF de Sertão, proposto pela Comissão de Normas,**
525 **Regimentos, Redação e Recursos.** O professor Paulo Roberto Sangoi manifestou que a
526 compreensão da Comissão de Legislação, Normas, Regimentos, Redação e Recursos é
527 de que o Consup não pode anular um ato ou documento de outro Órgão e propôs que
528 seja analisado o mérito ou que cada servidor prejudicado busque na justiça seus direitos.
529 A Reitora destacou que a solicitação de anulação foi do Tribunal de Contas da União
530 (TCU). É uma questão formal. Em caso de o Consup não sentir-se apto a proceder a
531 anulação da Resolução mencionada no item de pauta, deverá então ser emitido um
532 documento do Conselho Superior endereçado ao TCU afirmando o posicionamento do
533 Conselho Superior. O professor Geanderson de Souza Lenz indagou, em relação à
534 progressão por titulação, se está estabelecido em lei quais serão os cursos reconhecidos
535 e sugeriu verificação da legislação sobre o assunto. A Reitora reforçou que a anulação é

536 uma solicitação do TCU. No entanto, é apenas uma formalização porque
537 administrativamente todas as providências já foram tomadas e acrescentou que o gestor
538 não tem como deixar de tomar as providências que lhe são exigidas. A posição do
539 Conselho Superior deve ser no sentido de revogar ou não a referida Resolução. O
540 professor Odair José Spenthof apresentou o parecer substitutivo que concorda com o
541 parecer que gerou o pedido de vistas. E houve concordância dos conselheiros em
542 relação ao parecer apresentado pelo professor Odair José Spenthof. Em votação, por
543 maioria dos votos, foi aprovada a proposta de redação e envio ao Tribunal de Contas da
544 União de uma Resolução afirmando que o Conselho Superior entende que não é de sua
545 competência, a anulação de um ato ou documento emitido por outro Órgão. 7)
546 **Aprovação de Pareceres da Comissão de Ensino, Pesquisa, Extensão, Pós-
547 Graduação e Títulos, referente aos Memorandos nº 85/2011 e 96/2011 da Pró-
548 Reitoria de Ensino:** Alteração da periodicidade de oferta do Curso de Formação de
549 Professores ofertado pelo *Campus* Osório; Retificação da Resolução 165/2010 do
550 Consup, denominação do curso do *Campus* Osório que deve ser denominado
551 “Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Básica e Profissional”. Os dois
552 pareceres foram aprovados por unanimidade e assim foram aprovadas as duas alterações
553 no Projeto Pedagógico do Curso mencionado e a criação do Curso Técnico em
554 Cerâmica a ser ofertado pelo *Campus* Feliz com previsão de oferta a partir do primeiro
555 semestre de 2012. 8) **Proposta de constituição de Conselho de *campus* temporário.**
556 A Reitora apresentou o item de pauta e contextualizou o processo de construção, análise
557 e aprovação dos regimentos dos *campi* e da reitoria. Enquanto estes documentos não
558 estiverem aprovados, faz-se necessária a constituição de conselhos temporários nos
559 *campi* que, segundo a proposta inicial, seriam formados por três docentes, três técnico-
560 administrativos e três discentes. A comunidade externa não estaria representada,
561 conforme a proposta porque a questão da representação da comunidade externa está
562 sendo deliberada nos regimentos dos *campi*. As atribuições do conselho de *campus*
563 temporário, de caráter apenas consultivo, seriam basicamente manifestar-se sobre
564 assuntos de gestão, contribuindo na tomada de decisões e na melhoria do fluxo de
565 trabalho. O professor Marcelo Augusto Rauh Schmitt manifestou que o *Campus* Porto
566 Alegre já havia solicitado que os regimentos fossem aprovados de forma provisória e
567 que as alterações fossem feitas conforme andamento do processo. Assim, os *campi*
568 poderiam implementar o novo regimento em caráter provisório. A Reitora comentou
569 que vê uma dificuldade em implementar em caráter provisório os regimentos dos *campi*

570 e da reitoria pelo fato de haver muitas diferenças entre os documentos. O professor
571 Adrovane Kade propôs a realização de uma reunião extraordinária para tratar do
572 processo de aprovação dos regimentos. O professor Augusto Massashi Horiguti propôs
573 que, em caso de aprovação do item, os conselhos temporários sejam constituídos por um
574 membro de cada segmento. A professora Tatiana Weber, na função de diretora nova de
575 um *campus* novo como expressou-se, fez um apelo aos colegas conselheiros para que
576 fosse aprovada a constituição do conselho provisório de *campus* que irá atuar com
577 delegação do Consup e falou da importância de um conselho consultivo para a tomada
578 de decisões em âmbito de *campus*. Na função de membro da comissão de legislação,
579 normas, regimentos, redação e recursos, a professora Tatiana Weber falou sobre o
580 trabalho de análise dos regimentos de *campi* por parte da referida comissão, afirmando
581 que não há padronização entre os documentos que foram elaborados nos *campi* e estão
582 sendo avaliados. O professor Mariano Nicolao reforçou a posição da professora Tatiana
583 no que diz respeito à criação dos conselhos de *campi* e acrescentou que o conselho
584 provisório dará subsídios para a constituição do conselho de *campus* permanente. A
585 Reitora reforçou a necessidade de um mínimo de uniformização dos procedimentos
586 entre os *campi* e que a mesma postura seja adotada quando favorece e quando não
587 favorece ao *campus*. O conselheiro Anacleto Zanella sugeriu que a comunidade externa
588 seja incluída nos conselhos de *campus*. No entanto, ao constatar que os mesmos serão
589 temporários, retirou a proposta concordando que os regimentos a serem aprovados
590 deliberarão sobre a representação da comunidade externa. O professor Adrovane Kade
591 esclareceu que conselhos consultivos podem ser implantados e que é favorável a que,
592 quem sente a necessidade de apoio na gestão do *campus* constitua o conselho
593 consultivo. O professor Odair José Spenthof sistematizou a discussão afirmando que o
594 encaminhamento seria a posição do Consup em relação à criação ou não do conselho de
595 *campus* temporário, se, em caso de aprovado, seria uniforme ou não e, por fim, se
596 uniforme, sua constituição. Houve consenso em relação ao encaminhamento proposto e
597 passou-se então para a votação. Por ampla maioria, foi aprovada a constituição dos
598 conselhos de *campi* temporários e a uniformização dos conselhos. Em relação à
599 constituição dos mesmos, foi aprovada a proposta de três representantes de cada
600 segmento, a saber, docentes, técnico-administrativos e discentes. O *Campus* Rio Grande
601 já elaborou uma proposta de encaminhamento para a eleição dos membros para o
602 referido conselho, o que pode servir de orientação para os demais *campi*. A Reitora
603 comentou que se necessário, o Consup poderá emitir uma instrução normativa de

604 orientação a respeito da implantação do conselho de *campus* temporário. Em relação à
605 vigência do conselho temporário, a Reitora propôs e houve consenso em relação à
606 proposta, que os conselhos que serão constituídos vigorem até a data da última reunião
607 do Consup do ano dois mil e onze, quando os regimentos serão votados. O professor
608 Paulo Roberto Sangoi sugeriu e houve acordo em relação ao acréscimo de que o
609 conselho temporário será responsável pela transição quando for constituído o Conselho
610 de *Campus* em caráter permanente. Foi retomado então o item referente à revisão dos
611 regimentos proposto pelo professor Geanderson de Souza Lenz no expediente da sessão.
612 O professor que apresentou a proposta sugeriu a deflagração do processo de revisão do
613 Regimento Geral e do Estatuto do IFRS, bem como do Regimento Interno do Consup.
614 O professor Paulo Roberto Sangoi manifestou-se favorável à revisão. No entanto, disse
615 acreditar que é necessário antes concluir o processo de aprovação dos regimentos dos
616 *campi* e da Reitoria para em seguida elaborar uma proposta de revisão dos documentos
617 mencionados. A presidência do Conselho Superior comprometeu-se a elaborar uma
618 proposta de discussão dos três documentos mencionados e apresentar na próxima
619 reunião. **INFORMES GERAIS:** A Reitora pronunciou-se a respeito do Projeto de Lei
620 de novos cargos e funções comprometendo-se a socializar o documento com os
621 servidores. Falou ainda que o Colégio de Dirigentes (CD) do IFRS, decidiu anunciar
622 suas decisões por meio de Recomendações Normativas que serão disponibilizadas no
623 sítio eletrônico do IFRS. A professora Cláudia Schiedeck Soares de Souza agradeceu a
624 presença de todos e a reunião foi encerrada. Nada mais havendo a constar, lavrei a
625 presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelos presentes. Bento Gonçalves,
626 trinta de agosto de dois mil e onze.

Adriana de Farias Ramos _____

Adrovane Kade _____

Alexsandro Dutra _____

Amilton de Moura Figueiredo _____

Anacleto Zanella _____

Augusto Massashi Horiguti _____

Cláudia Schiedeck Soares de Souza _____

Cláudio Antônio Cardoso Leite _____

Diego Santos da Cunha _____

Dorival José Lehnen _____

Edson Régis de Jesus _____

Eduardo Angonesi Predebon _____

Eliane Velasco Simões Portes _____

Gainete Santos Marques _____

Geanderson de Souza Lenz _____

Iara Marina Lopes Galarce _____

Ionara Cristina Albani _____

Ionara Cristina Albani _____

Ivan José Suszek _____

Junior Ferro _____

Keone Castanho Dagani _____

Leandro Raizer _____

Luciano Manfroi _____

Luís Carlos Cavalheiro da Silva _____

Marcelo Augusto Rauh Schmitt _____

Marcos André Vrielink _____

Marcos Paulo Ludwig _____

Mariano Nicolao _____

Melissa Dietrich da Rosa _____

Migacir Trindade Duarte Flôres _____

Miguel Augusto Beulk Carvalho _____

Neura Zat _____

Núbia Marta Laux _____

Odair Spenthof _____

Oswaldo Casares Pinto _____

Paulo Roberto Sangoi _____

Remí Maria Possamai _____

Renata Maria Gonzatti _____

Roberto Saouaya _____

Rodrigo Ernesto Schröer _____

Sandro Lazari _____

Sérgio Ricardo Pereira Cardoso _____

Sérgio Wesner Viana _____

Sigrid Régia Huve _____

Tatiana Weber _____

Thaís Roberta Koch _____

Thaís Teixeira da Silva _____

Valdinei Marcolla _____

Viviane Silva Ramos _____